



Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Companhia Industrial de Óleos do Nordeste.
Fortaleza - CE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

i. Não acompanhamento do inventário físico

Fomos nomeados auditores da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste após 31 de dezembro de 2024 e, portanto, não acompanhamos a contagem física dos estoques no início e no final do exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque, em 31 de dezembro de 2024, que estão registradas no balanço patrimonial por R\$13.074.380. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

ii. Ausência de avaliação do tempo de vida útil do ativo imobilizado

A Companhia não realizou estudo técnico para reavaliar a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado. Como consequência, a companhia continuou utilizando taxas de depreciação com base em estimativas iniciais, sem considerar possíveis alterações nas condições de uso ou obsolescência dos ativos. Diante disso, não foi possível mensurar os eventuais efeitos que essa prática pode ter causado nas demonstrações contábeis, especialmente no tocante ao valor líquido contábil dos bens, à despesa de depreciação reconhecida e ao resultado do exercício.

iii. Manutenção indevida de saldo de ativo imobilizado

Conforme demonstrado na nota explicativa de número 11 a Companhia mantém o saldo de R\$9.458.638 registrado em conta de Formação de Cultura. No entanto, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui culturas em formação em sua atividade operacional. Desta forma, o referido saldo está sendo mantido indevidamente no ativo imobilizado da Companhia. Conseqüentemente, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido da Companhia estão superavaliados pelo referido montante.

iv. Empréstimos e financiamentos não confirmados

Solicitamos e não obtivemos resposta quanto à nossa solicitação de confirmação junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) relativa aos saldos e transações mantidas pela Companhia com esta instituição. Conforme apresentado na nota explicativa de número 15, a Companhia mantém o saldo total de R\$ 17.712.633 registrado como empréstimos, sendo este saldo objeto de ação judicial de revisão de contrato em andamento em que a Administração entende que o valor cobrado é inadequado. Diante destes fatos, não pudemos, nem por procedimentos alternativos, confirmar quanto a integridade e precisão do valor registrado no passivo da Companhia, bem como, os eventuais efeitos positivos ou negativos no resultado do exercício e, conseqüentemente, no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Ênfase

i. Incerteza quanto à continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa de número 1.1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.174.157 em 31 de dezembro de 2024. Esses fatos indicam a possível existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 27 de junho de 2025.

ABAX AUDITORIA E CONSULTORIA S/S
CRC-CE 000875/O-7



Felipe da Silva Martins

Contador CRC (MG) 094.166/O-0 T-CE



Carlos Augusto de Oliveira Jr.

Contador CRC (CE) 13.621/O-5



Ítalo Bandeira Fernandes

Contador CRC (CE) 12.503/O-7



BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Ativo circulante			(não auditado)	Passivo circulante			(não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.771.517	2.288.863	Fornecedores	14	13.582.357	18.303.271
Contas a receber	4	1.046.396	4.303.760	Empréstimos e financiamentos	15	12.708.450	9.306.761
Adiantamentos a funcionários		4.881	26.096	Adiantamento de Clientes	16	12.768.809	1.507.117
Adiantamentos a fornecedores	5	1.894.748	230.356	Obrigações Sociais	17	3.369.709	2.266.845
Tributos a Recuperar	6	14.405.853	13.885.254	Obrigações Tributárias	18	4.010.603	2.418.316
Estoques	8	13.074.380	9.090.737	Parcelamentos Tributários	19	561.432	1.560.053
Despesas Antecipadas		32.850	2.882	Total do passivo circulante		47.001.360	35.362.363
Total do ativo circulante		33.230.625	29.827.948				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Mútuos com partes relacionadas	9	312.326	183.536	Empréstimos e financiamentos	15	7.868.320	11.684.842
Ativos fiscais diferidos	7	4.483.496	4.483.496	Mútuos com partes relacionadas	9	4.080.000	3.720.000
Depósitos judiciais	10	16.786	28.373	Obrigações Sociais		-	385.588
Imobilizado	11	17.313.974	20.648.053	Parcelamentos Tributários	19	2.667.214	3.843.655
Intangível	12	85.529	88.353	Total do passivo não circulante		14.615.534	19.634.085
Outras contas a receber	13	5.000.000	5.000.000	Passivo total		61.616.894	54.996.448
Total do ativo não circulante		27.212.111	30.431.811	Patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto)	20		
				Capital Social		38.000.000	38.000.000
				(-) Ações em tesouraria		(14.832)	(14.832)
				Prejuízos acumulados		(39.159.325)	(32.721.857)
				Total patrimônio líquido negativo		(1.174.157)	5.263.311
Ativo Total		60.442.736	60.259.759	Passivo e patrimônio líquido negativo total		60.442.736	60.259.759

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em Reais)

	Nota	2024	2023
			(não auditado)
Receita líquida	21	49.469.533	83.292.228
Custos	22	(45.191.909)	(70.940.096)
Lucro operacional bruto		4.277.624	12.352.131
Despesas com pessoal		(1.922.393)	-
Despesas administrativas	23	(3.219.956)	(6.516.360)
Despesas tributárias	24	(514.265)	(686.143)
Despesas comerciais	25	(2.806.856)	(4.771.224)
Outras despesas operacionais	27	2.564.272	(2.341.154)
Outras receitas operacionais	27	(1.806.113)	8.522.570
Despesas operacionais		(7.705.311)	(5.792.311)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		(3.427.687)	6.559.820
Receitas financeiras		470.515	1.110.355
Despesas financeiras		(3.480.296)	(8.726.922)
Resultado financeiro líquido	26	(3.009.781)	(7.616.567)
Prejuízo do exercício		(6.437.468)	(1.056.746)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(6.437.468)	(1.056.746) (não auditado)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(6.437.468)</u>	<u>(1.056.746)</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (não auditado)	38.000.000	(14.832)	(18.892.865)	19.092.303
Retificação de erro	-	-	(12.772.246)	(12.772.246)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.056.746)	(1.056.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	38.000.000	(14.832)	(32.721.857)	5.263.311
Prejuízo do exercício	-	-	(6.437.468)	(6.437.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.000.000	(14.832)	(39.159.325)	(1.174.157)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em Reais)

	2024	2023
		(não auditado)
Prejuízo do exercício	(6.437.468)	(1.056.747)
Retificação de erros	-	(12.772.245)
Depreciações e Amortizações	1.638.623	1.618.500
Baixas do Imobilizado	2.612.022	6.112.695
Resultado ajustado	(2.186.823)	(6.097.797)
Fluxo de Caixa das Atividades operacionais		
(Aumento) Redução do Contas a Receber de Clientes	3.257.364	(3.038.244)
(Aumento) Redução de Estoques	(3.983.643)	8.178.736
(Aumento) Redução de Adiantamentos a Fornecedores	(1.664.392)	57.408
(Aumento) Redução de tributos a recuperar	(520.599)	(1.804.386)
(Aumento) Redução outros créditos	(8.753)	(4.967.091)
(Aumento) Redução de ativo fiscal diferido	-	339.201
(Aumento) Redução de Depósitos Judiciais e Administrativos	11.587	13.317.439
Aumento (Redução) de Fornecedores	(4.720.914)	(927.182)
Aumento (Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	2.309.563	(151.080)
Aumento (Redução) de Impostos e Contribuições Parcelados	(2.175.062)	1.979.621
Aumento (Redução) de Adiantamentos de Clientes	11.261.692	(301.683)
Aumento (Redução) de Dividendos a Pagar	-	(124.638)
Aumento (Redução) de Provisões para Contingências	-	(104.648)
Caixa Líquido Gerado nas atividades operacionais	3.766.843	12.453.453
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Adições de Imobilizado	(913.743)	(905.269)
Caixa Líquido Gerado nas atividades de Investimento	(913.743)	(905.269)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	(414.833)	(611.945)
Partes Relacionadas	231.210	(3.654.874)
Caixa Líquido Gerado nas atividades de Financiamento	(183.623)	(4.266.819)
Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	482.654	1.183.568
No Início do Exercício	2.288.863	1.105.295
No Final do Exercício	2.771.517	2.288.863
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	482.654	1.183.568

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional

A Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE, fundada em 1962 por Jaime Tomaz de Aquino, é uma tradicional empresa localizada em Fortaleza/CE que atua no setor agroindustrial, com foco na cajucultura. Suas atividades abrangem o plantio, colheita, beneficiamento, processamento e comercialização de castanha de caju e LCC (líquido da castanha de caju), tanto para o mercado interno quanto para exportação. Ao longo dos anos, a CIONE consolidou-se como uma das principais produtoras e exportadoras do segmento na região Nordeste.

1.1. Continuidade operacional

Em relação à situação financeira da nossa empresa e às iniciativas que estamos desenvolvendo para superar o passivo a descoberto, a Administração gostaria de compartilhar algumas considerações importantes, reconhecendo os desafios atuais no setor de beneficiamento e comercialização de castanha de caju. Este cenário é principalmente reflexo de alguns fatores adversos que enfrentamos nos últimos anos:

- Queda de safra de castanha de caju devido a condições climáticas desfavoráveis, impactando na diminuição da disponibilidade de matéria-prima e as poucas que estão disponíveis com preços muito altos;
- Aumento dos custos com logística e insumos, pressionando as margens operacionais;
- Variação cambial desfavorável nas operações de exportação, afetando a rentabilidade e a competitividade;
- Queda na demanda em mercados importantes, tanto no Mercado Interno quanto no mercado internacional.

Diante dessa realidade, a Administração está empenhada em implementar um conjunto de ações tanto no âmbito operacional quanto estratégico, com o objetivo claro de reverter esse passivo e restaurar a saúde financeira da empresa. As principais ações planejadas são:

Diversificação de fornecedores e ampliação de parcerias com produtores locais:

Pretendemos expandir nossas fontes de matéria-prima, incluindo o incentivo ao cultivo sustentável em novas regiões, com a intenção de garantir maior volume e previsibilidade na aquisição de castanhas.

Redução de desperdícios e aumentar a eficiência industrial:

Realizaremos investimentos na modernização do parque fabril, na capacitação da equipe operacional e na automação de processos, com foco na otimização da produtividade e na diminuição de perdas na produção.

Expansão de mercados e busca por parcerias:

Incluiremos em nossa estratégia comercial a entrada em novos mercados, incluindo foco em nichos de consumo saudável que estão em grande crescimento e busca por parceiros.

Obtenção de capital de giro e renegociação de dívidas:

A Administração está em contato com nossos fornecedores para tentar estender os prazos de pagamento e estamos negociando com instituições financeiras. O objetivo é reduzir os encargos financeiros e conseguir recursos adicionais para fortalecer nosso capital de giro.

Aprimoramento do controle financeiro:

Implementaremos práticas de gestão orçamentária mais rigorosas, com um acompanhamento mensal de indicadores de desempenho, fluxo de caixa e resultados. Adicionalmente, buscaremos uma maior integração entre as áreas financeira, comercial e de produção da empresa.

A Administração reafirma seu compromisso com a continuidade operacional da companhia, a sustentabilidade e a transparência. Acreditamos que, com a execução eficaz dessas medidas, será possível reverter o PL negativo e alcançar resultados positivos nos próximos períodos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis**2.1. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas sugeridas pelo *International Accounting Standards Committee (IASB)* e, portanto, utilizam como base as *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, que são correlatas aos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

São apresentadas em moeda corrente do país sendo seus valores expressos em Reais, e foram preparadas com base no custo histórico e na continuidade operacional.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a definição das vidas úteis do ativo imobilizado, além da determinação de provisões para tributos e contingências e outras similares, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais

premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão devidamente evidenciadas nessas Notas Explicativas.

2.2. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a) Reconhecimento da receita

A Companhia adotou o *IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers*, correlato ao CPC 47 – “Receitas de Contratos com Clientes”, a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações. Não houve efeitos relevantes com a adoção do IFRS 15 para a Companhia.

Contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exigíveis. A exigibilidade dos direitos e obrigações em contrato é matéria legal. Contratos podem ser escritos, verbais ou sugeridos pelas práticas usuais de negócios da Companhia. As práticas e os processos para estabelecer contratos com clientes variam entre jurisdições, setores e Companhia. Além disso, eles podem variar dentro da Companhia (por exemplo, eles podem depender da classe do cliente ou da natureza dos bens ou serviços prometidos). A Companhia deve considerar essas práticas e processos ao determinar se e quando um acordo com o cliente cria direitos e obrigações exigíveis

De acordo com o IFRS 15, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

O modelo de negócios da Companhia é predominantemente baseado na venda de produtos agrícolas. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência.

A Companhia contabiliza os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Companhia tem direito.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

Categoria/Mensuração	Condições para definição da categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios (MN) da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar as vendas dos AF no MN da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros da Companhia, sendo a classificação destes ativos entre custo amortizado, VJR e VJORA:

- Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis em até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor.
- Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos agrícolas, reconhecidos inicialmente conforme descrito no item "a" acima.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre

o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem contas a pagar a fornecedores e obrigações com empresas ligadas e se encontram mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

d) Adiantamento a fornecedores

Composto pelos saldos pagos a fornecedores em que a Companhia não obteve posse do serviço e/ou bem adquirido.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados já em uso.

f) Depreciação

Para o direito de uso de terras, foi considerado o efetivo tempo de duração do contrato firmado entre as partes, como base de depreciação.

Para os demais bens, a Administração da Companhia optou por considerar as taxas de depreciação alinhadas aos limites estabelecidos pelo regulamento do Imposto de Renda, uma vez que entendem que estas taxas não oferecem distorções relevantes frente ao real tempo de vida útil dos bens em operação.

g) Depreciação e baixa de imobilizado

A depreciação/amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado. Atualmente são aplicadas taxas equivalentes aos limites estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, visto que a Administração entende que estão alinhadas com o tempo de vida útil dos bens.

h) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

i) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais é o Real brasileiro. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional mensalmente pela taxa de câmbio indicada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(não auditado)
Caixa	13.507	31.507
Banco	1.523.606	690.986
Aplicação financeira	1.234.404	1.566.370
Caixa e equivalentes de caixa	2.771.517	2.288.863

Conforme definido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, os saldos apresentados no grupo *Caixa e Equivalentes de Caixa* incluem disponibilidades em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a Receber

	2024	2023
		(não auditado)
Cientes mercado externo	884.918	1.544.102
Cientes mercado interno	161.478	2.759.658
Contas a receber	1.046.396	4.303.760

No exercício de 2024, o saldo de contas a receber apresentou uma redução de aproximadamente 76% em relação ao exercício anterior. O principal impacto dessa diminuição ocorreu nas operações do mercado interno, que registraram uma queda de 94%.

00 - A Vencer	961.592
01 - Vencidos até 30 dias	-
02 - Vencidos de 31 a 60 dias	-
03 - Vencidos de 61 a 90 dias	-
04 - Vencidos de 91 a 120 dias	-
05 - Vencidos de 121 a 360 dias	5.856
06 - Vencido a mais de 360 dias	77.775
	1.045.224

Historicamente, a empresa possui maior atuação no mercado exterior. No entanto, no ano de 2023, houve um volume atípico de vendas no mercado interno, o que elevou significativamente o saldo de contas a receber naquele período. Essa situação não se repetiu em 2024, retornando ao padrão usual de concentração nas vendas externas, o que explica a redução expressiva no saldo dessa conta.

5. Adiantamentos a fornecedores

	2024	2023 (não auditado)
A. F. Martins Ltda	1.683.000	-
Majoplan Construtora Imobiliária Ltda	200.062	200.000
Unimed Fortaleza	-	24.839
SCS Consulting Serviços Administrativos Ltda	10.534	-
Fortal Frios Engenharia	-	4.300
Hexis Científica LTDA	-	703
Hapvida Assistência Médica LTDA	-	513
Certifique-se Soluções em Certificado Digital Ltda	500	-
R W R da Silva Filho	254	-
Divisão Peças e Serviços Ltda-Me	272	-
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda	126	-
Adiantamentos a fornecedores	1.894.748	230.356

Os saldos registrados na conta *Adiantamento a Fornecedores* referem-se a valores antecipados a fornecedores de bens e serviços vinculados às operações da companhia.

O saldo elevado decorre de uma operação realizada em outubro de 2024, quando a AF Martins — empresa que atua simultaneamente como cliente e fornecedora da CIONE — apresentou necessidade de caixa. Ambas mantêm um contrato que prevê o envio de matéria-prima por parte da AF Martins, com pagamento por meio de encontro de contas com o produto acabado. Diante da indisponibilidade de recursos no momento, a CIONE optou por realizar um empréstimo para efetuar o pagamento antecipado, registrando o valor correspondente na conta de adiantamento a fornecedores.

6. Tributos a recuperar

	2024	2023 (Não Auditado)
IR a Compensar	798.338	776.061
Reintegra	15.475	28.504
IRPJ a Compensar	521.355	666.229
CSLL a Compensar	-	13.198
COFINS a Compensar	10.213.233	9.907.035
PIS a Compensar	2.829.834	2.438.364
ICMS a Recuperar	-	30.788
INSS a Recuperar	1.862	1.862
IPI a Recuperar	25.756	23.214
Total Circulante	14.405.853	13.885.254

Os saldos apresentados na conta de Tributos a Recuperar referem-se a valores de créditos tributários oriundos principalmente de impostos como PIS, COFINS, ICMS e outros tributos recuperáveis, apurados no curso das operações da entidade.

O saldo elevado apresentado nesta conta decorre do fato de que, até o exercício de 2020, a contabilidade anterior da Companhia não mantinha controle detalhado ou individualizado dos saldos de tributos a recuperar. Em 2021, com a adoção de uma nova contabilidade, foi identificada a ausência de informações suficientes para validação dos saldos existentes. Diante disso, optou-se pela criação de uma nova conta contábil para registrar e controlar adequadamente os créditos tributários gerados a partir de 2021. Ressalta-se que os valores anteriores, sem comprovação documental e já prescritos, não foram reaproveitados ou considerados nos controles atuais.

7. Ativos fiscais diferidos

	<u>2024</u>	<u>2024</u>
Crédito CSLL	1.186.808	1.186.808
Crédito IRPJ	3.296.688	3.296.688
Ativos fiscais diferidos	4.483.496	4.483.496

Os créditos diferidos foram constituídos com base em prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de CSLL de períodos anteriores até o encerramento do exercício de 2021. A partir do fechamento do exercício de 2022, a Administração optou pela não constituição dos créditos decorrentes do prejuízo do exercício, tendo em vista, que não há uma expectativa certa de geração de lucros futuros.

8. Estoques

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(não auditado)
Castanha de Caju in Natura (Matéria Prima)	7.162.582	1.253.113
Outros Materiais	120.530	126.547
Produtos em Elaboração	3.030.883	5.388.019
Produtos Elaborados	2.358.312	1.843.743
Almoxarifado	402.073	479.313
	13.074.380	9.090.737

Durante o exercício de 2024, o aumento no saldo da conta de estoques está relacionado à entrada de uma nova operação da empresa com o cliente *Corn House*.

Para viabilizar o início dessa operação, a empresa recebeu recursos por meio de um Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). Com os valores recebidos, foram realizadas aquisições de matéria-prima voltadas à continuação das atividades com *Corn House*.

9. Transações com partes relacionadas

	2024	2023
		(não auditado)
Fundação Maria Aílame e Jaime Aquino	199.978	71.188
Espólio Jaime Tomaz de Aquino	112.348	112.348
Créditos com partes relacionadas	312.326	183.536
Fundação Maria Aílame e Jaime Aquino	(4.080.000)	(3.720.000)
Passivos com Partes Relacionadas	(4.080.000)	(3.720.000)
Transações com Partes Relacionadas	(3.880.022)	(3.648.812)

A conta "Transações com Partes Relacionadas" apresenta saldo vinculado ao Espólio do Sr. Jaime Tomaz de Aquino, fundador da Companhia, que faleceu em exercício anterior.

Enquanto corrente o seu inventário, o inventariante determinou que a Companhia arcasse com o pagamento de todas as despesas do espólio até a conclusão do procedimento sucessório. A maioria das despesas foram ressarcidas pelo espólio quando da homologação da partilha, restando o valor remanescente aqui relacionado que está pendente de reembolso para liquidação.

O saldo permanece registrado na conta de partes relacionadas, classificado como crédito a receber, até que haja o efetivo pagamento por acordo ou ordem judicial.

Enquanto o saldo passivo refere-se a empréstimo recebido com a finalidade de compra de castanha. Contrato liquidado em 2025.

10. Depósitos Judiciais

	2024	2023
		(não auditado)
Caixa Econômica DEP JUDICIAL	16.786	28.373
Depósitos Judiciais	16.786	28.373

11. Imobilizado

	2024			2023 (não auditado)		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Edificações	5.310.915	(4.761.377)	549.538	5.825.909	(4.761.377)	1.064.532
Equipamentos de Informática	75.770	-	75.770	75.770	-	75.770
Formação de Cultura	9.458.638	-	9.458.638	9.458.638	-	9.458.638
Instalações	3.302.897	(2.467.632)	835.264	3.275.320	(2.457.452)	817.868
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	14.320.536	(9.168.542)	5.151.994	15.011.070	(7.556.654)	7.454.416
Móveis e Utensílios	1.930.665	(1.018.052)	912.614	1.939.815	(1.013.033)	926.782
Obras Preliminares e Complementares	249.207	-	249.207	249.207	-	249.207
Terrenos	-	-	-	511.180	-	511.180
Veículos	2.283.653	(2.202.704)	80.949	2.283.653	(2.193.993)	89.660
	36.932.282	(19.618.307)	17.313.974	38.630.562	(17.982.509)	20.648.053

São bens possuídos pela empresa, demonstrados pelo valor atualizado, levando-se em consideração as depreciações ocorridas pelo tempo de uso. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. As taxas de depreciação aplicadas no exercício estão descritas a seguir:

Composição	Taxa de Depreciação
Edificações	4% aa
Edificações Adquiridas de Terceiros	4% aa
Composição	Taxa de Depreciação
Equipamentos de Informática	20% aa
Instalações	10% aa
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% aa
Móveis e Utensílios	10% aa
Obras Preliminares e Complementares	4% aa
Veículos	20% aa

12. Intangível

	2024	2023
		(não auditado)
Marcas e Patentes	40.344	40.344
Software	56.482	56.482
(-) Amortização	(11.296)	(8.472)
Intangível	85.529	88.353

O saldo do grupo Intangível é composto principalmente por softwares utilizados nas operações da empresa e pelo registro da marca da entidade. Os ativos intangíveis estão registrados ao custo de

aquisição e, no caso dos softwares, são amortizados conforme a vida útil estimada. A marca encontrada registrada e não é amortizada, sendo avaliada periodicamente quanto à existência de perda por redução ao valor recuperável.

13. Outras contas a receber

	2024	2023
		(Não auditado)
Mauricio Soriano Artilha Ferreira	2.500.000	2.500.000
Murilo Soriano Artilha Ferreira	2.500.000	2.500.000
Outros Valores a Receber	5.000.000	5.000.000

Saldo referente a venda de Imóvel rural situado no Baixão da Direita, da localidade Cova Donga, denominado "Fazenda Esplanada" e possuem vencimentos pactuados para os exercícios de 2027 e 2028, estando, portanto, classificados no ativo não circulante.

14. Fornecedores

	2024	2023
		(Não auditado)
Manoel Sandro Souza da Silveira	6.369.097	6.658.223
Francisco Gerônimo Martins Ferreira	2.984.230	3.000.000
Emanuel Abille Sousa Silva	763.874	763.874
Fruticulturas S.L. Ltda - Me	690.458	-
Thede Kleber Galdêncio Ferreira	495.019	3.777.273
Antonia Ivaneide de Sousa	398.412	399.722
A. F. Martins Ltda	345.128	-
Nelson Willians & Advogados Associados	331.704	-
Westrock Celulose Papel e Embalagens Ltda	222.907	-
Lucio Muniz de Sousa Neto	189.480	189.480
Parnaplast Ind. de Plásticos Ltda	124.370	-
Alessandra Coutinho de Moura	123.000	123.000
Demais Fornecedores	544.678	3.391.702
Fornecedores	13.582.357	18.303.271

O grupo *Fornecedores* apresenta concentração relevante de saldos nos nomes Manoel Sandro Souza da Silveira e Francisco Gerônimo Martins Ferreira. Essa concentração ocorre em função de ambos serem os principais fornecedores de matéria-prima da empresa, havendo grande volume de transações com esses parceiros ao longo do exercício.

15. Empréstimos e Financiamentos

	2024	2023
		(Não Auditado)
BB - Giro Corporate	444.537	1.520.746
FNE Banco do Nordeste	9.844.313	7.210.778
Banco Sofisa	2.419.600	575.238
Total Circulante	12.708.450	9.306.761
Banco do Nordeste	7.868.320	10.638.557
BB - Giro Corporate	-	1.046.286
Total Não Circulante	7.868.320	11.684.842
Empréstimos e Financiamentos	20.576.770	20.991.605

Estão compostos acima a relação de recursos adquiridos em instituições financeiras com o intuito de financiar e de manutenção das operações da entidade. Referem-se a Empréstimos decorrentes de exercícios anteriores e renegociados em 2021, a saber:

- Banco do Brasil renegociado em 48 parcelas com encargos adicionais a taxa efetiva de 0,420% a.m. com término em 28/08/2025.
- Banco do Nordeste renegociado em 54 parcelas com taxa de juros anual de 18,24% com término em 28/12/2026 e em Ação revisional nº 0297293-72.2022.8.06.0001.

O saldo mantido com a instituição financeira Banco do Nordeste é objeto de ação judicial de revisão de contrato em andamento em que a Administração entende que o valor cobrado é inadequado.

16. Adiantamento de Clientes

	2024	2023
		(Não auditado)
Cornhouse USA	12.220.980	-
G L Comércio de Castanhas Eireli	-	96
A. F. Martins Ltda	502.800	560.224
Leatt Produtos Alimentícios Ltda	-	39.803
M.S Ferreira - Comercio Me	40	40
Milton Roseno da Costa	20	-
R. E. Pinheiro LTDA - Me	6	-
Rafael Canuto Gonçalves	-	431
Richard Franco Ag. Inc.	-	798.656
Voicevale France Sarl	44.560	-
Brazil Exportação e Importação Comercial Ltda	403	107.866
Adiantamento de Clientes	12.768.809	1.507.117

O grupo *Adiantamento de Clientes* apresenta saldo de R\$ 12.563.007 em 31 de dezembro de 2024, sendo aproximadamente 96% desse valor referente ao cliente Cornhouse USA. Essa concentração decorre de um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) realizado por esse cliente no final do exercício de 2024, com o objetivo de financiar futuras exportações.

Em 2025 o saldo começou a ser gradualmente baixado à medida que os produtos são enviados ao cliente.

17. Obrigações Sociais

	2024	2023
		(Não auditado)
Provisão Férias	810.720	887.337
Rescisões a Pagar	-	2.683
Salários a Pagar	469	-
SENAI a Recolher	-	242.466
SESI a Recolher	-	448.344
Pensão Alimentícia	1.027	-
FGTS a Recolher	51.947	84.253
FGTS s/ Provisão Férias	64.265	70.665
INSS a Recolher	2.394.260	479.852
INSS s/ Provisão Férias	47.021	51.245
Total Não Circulante	3.369.709	2.266.845
FGTS	-	5.007
INSS	-	287.173
IRRF	-	93.408
Total Não Circulante	-	385.588
Obrigações Sociais	3.369.709	2.652.433

O grupo Obrigações Sociais apresenta saldo relevante na conta INSS a Recolher, decorrente de parcelamentos tributários firmados em exercícios anteriores.

Entretanto, em maio de 2024, a empresa deixou de cumprir os pagamentos mensais dos parcelamentos, o que resultou em sua rescisão automática e o consequente retorno integral dos saldos para exigibilidade imediata.

Assim, os valores originalmente parcelados voltaram a compor o saldo da conta "INSS a Recolher", impactando o montante apresentado no passivo circulante do grupo Obrigações Sociais.

18. Obrigações Tributárias

	2024	2023 (Não auditado)
ISS a Recolher	5.795	13.490
PIS/COFINS/CSLL S/ Serv. Tomados	85.610	3.160
FGTS	-	19.856
INSS	-	508.861
IRRF	-	139.694
Contribuição Para Sindicato	2.152	2.647
CSLL a Recolher	1.179.658	339.312
ICMS a Recolher	24.765	370.749
IRPJ a Recolher	2.291.426	890.017
IRRF a Recolher	414.906	130.530
IRRF a Recolher S/ Serv. Tomados	6.291	-
Obrigações Tributárias	4.010.603	2.418.316

O grupo Obrigações Tributárias apresenta saldo elevado nas contas de CSLL a Recolher e IRPJ a Recolher, em razão de parcelamentos tributários anteriores que foram rompidos em maio de 2024.

Com a interrupção dos pagamentos, os parcelamentos foram automaticamente rescindidos, conforme regras da Receita Federal do Brasil, resultando no retorno total dos débitos para exigibilidade imediata. Dessa forma, os valores que antes estavam classificados como "Parcelamentos a Pagar" foram reclassificados para as contas de tributos a recolher, impactando diretamente o passivo circulante. Os saldos permanecem em aberto e sujeitos à atualização monetária e encargos legais enquanto não houver nova negociação ou regularização.

19. Parcelamentos Tributários

	2024	2023 (Não Auditado)
Parcelamento Contribuições Sociais	-	298.639
Parcelamento DEBCAD	-	311.247
Parcelamento ICMS	395.222	404.912
Parcelamento IRPJ	95.686	528.387
Parcelamento Processos	(14.395)	-
Parcelamento SESI/SENAI	84.919	16.869
Circulante	561.432	1.560.053
Parcelamento Contribuições Sociais - Lei 10.833	-	928
Parcelamento ICMS Refis/2023 - 4058961	-	269.725
Parcelamento ICMS Refis/2023 - 4058964	-	213.439
Parcelamento ICMS Refis/2023 - 4058968	-	267.800

	2024	2023
		(Não Auditado)
Parcelamento ICMS Refis/2023 - 4058975	-	630.805
Parcelamento IRPJ	-	1.188.870
Parcelamento CSLL	-	667.334
Parcelamento DEBCAD	-	64.713
Parcelamento ICMS	-	45.288
Parcelamento ICMS Refis/2023 - 4058934	-	27.203
Parcelamento Processo 701/2023-55	(17.484)	-
Parcelamento Processo 706/2023-88	(36.735)	-
Parcelamento ICMS Refis/2023 - 4058947	-	262.174
Parcelamento ICMS	2.267.728	-
Parcelamento SESI/SENAI	453.705	205.376
Não Circulante	2.667.214	3.843.655
Parcelamentos Tributários	3.228.646	5.403.709

Refere-se ao grupo de impostos em modalidade especial refletido em parcelamentos tributários, onde a entidade tem prazos e encargos diferenciados de suas obrigações fiscais mensais.

20. Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto)

	2024	2023
		(Não Auditado)
Capital Social	38.000.000	38.000.000
(-) Ações em tesouraria	(14.832)	(14.832)
	37.985.168	37.985.168
Prejuízos acumulados	(39.159.325)	(31.665.111)
Patrimônio Líquido	(1.174.157)	6.320.057

O capital social subscrito e realizado é de **R\$ 38.000.000 (trinta e oito milhões de reais)**, representado por **66.099.149 (sessenta e seis milhões, noventa e nove mil, cento e quarenta e nove) Ações Nominativas** sem valor nominal, sendo:

	Quantidade de ações
Ações	
Ordinárias	30.833.032
Preferenciais	35.266.117
	66.099.149

As ações preferenciais estão assim classificadas:

Classe "A"	18.032.875
Classe "B"	7.489.538
Classe "C"	9.743.704

21. Receita Líquida

	2024	2023
		(Não auditado)
Vendas Mercado Interno	33.926.774	29.448.086
Vendas Mercado Externo	16.311.364	56.799.063
Serviço de industrialização	500.422	-
Receita Bruta	50.738.560	86.247.149
	2024	2023
ICMS s/ Vendas	(994.382)	(1.648.324)
PIS s/ Faturamento	(37.650)	(64.947)
COFINS s/ Faturamento	(173.420)	(299.149)
Devoluções de Vendas	(63.560)	(942.450)
Descontos Concedidos	(15)	(51)
Deduções da Receita	(1.269.026)	(2.954.921)
Receita Líquida	49.469.533	83.292.228

Conforme descrito na Nota 4 – 'Contas a Receber', a empresa concentra suas operações no mercado externo, sendo a Cornhouse USA seu principal fornecedor

22. Custos

	2024	2023
		(Não auditado)
Custos produto vendido	(44.716.195)	(70.940.096)
Custos serviço vendido	(475.715)	-
	(45.191.910)	(70.940.096)

O registro contábil dos custos é realizado por tipo de produto, com identificação individual por código no balancete. Atualmente, os cadastros contemplam aproximadamente 100 tipos de produtos distintos com movimentação de custo. Para fins de apresentação, foram destacados individualmente os 20 itens com maior representatividade no custo total, os quais concentram 78% do saldo total de custos, enquanto os demais foram agrupados sob a classificação "Demais produtos".

23. Despesas Administrativas

	2024	2023
		(não auditado)
Honorários de Diretor e Conselheiro	(757.715)	(993.496)
Assessoria e Consultoria	(625.519)	(280.422)
Honorários Advocatícios	(545.205)	-
Castanha IN-NATURA	(242.480)	-
Serviços Contábeis	(196.180)	-
Serviços Prestados de Informática	(149.670)	(62.689)
Conservação e Manutenção	(114.429)	(41.989)
Energia Elétrica	(79.415)	-
Serviço de Locação	(69.863)	-
Perdas de Estoques	-	-
Serviços Prestados PJ	-	(319.154)
Salários	-	(2.931.683)
Honorários de Terceiros	-	(1.230.542)
Demais Despesas	(439.480)	(656.385)
	(3.219.956)	(6.516.360)

O grupo de despesas administrativas contempla uma quantidade significativa de contas contábeis de valores imateriais separadamente. Destacamos as 10 contas mais significativas e as demais foram agrupadas.

24. Despesas Tributárias

	2024	2023
		(Não auditado)
ITR - Imp. Territorial Rural	(16.930)	(16.930)
TMRSU - Taxa do Lixo	(6.226)	(4.241)
ISS	-	(4.705)
Multas Fiscais	(22.220)	-
Impostos e Taxas Diversas	(58.646)	(95.661)
IPVA	(4.243)	(4.860)
Imposto Predial - IPTU	(342.222)	(372.130)
ICMS Diferencial de Alíquota	(18.877)	(1.017)
Multa de Trânsito	(395)	-
ICMS Antecipado	(49.305)	(164.868)
(-) Recuperação de Despesas	4.800	37
Outras despesas tributárias	-	(21.768)
Despesas Tributárias	(514.265)	(686.143)

25. Despesas comerciais

	2024	2023
		(Não auditado)
Fretes, Carretos e Despachos	(205.473)	(954.038)
Comissões e Corretagem	(1.546.933)	(2.620.124)
Outras Despesas de Vendas	(2.523)	(76.203)
Tarifa de Cobrança	(3.485)	(4.535)
Contribuição p/ INSS	(1.020.903)	(976.829)
Serviço de Armazenagem	(10)	(1.278)
Serviços Portuários	(20.630)	(32.574)
Despachante	(6.900)	-
Outras despesas com compras	-	(105.643)
Despesas Comerciais	(2.806.856)	(4.771.224)

26. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
		(Não auditado)
Juros Ativos	318	3.762
Descontos Obtidos	1.130	82.588
Rendimentos de Aplicações Financeiras	111.157	168.350
Variações Cambiais Ativas	329.798	833.177
Reintegra	28.113	22.477
Receitas Financeiras	470.516	1.110.354
Juros de Financiamento	(719.072)	(3.564.515)
Despesas Bancárias	(35.224)	(47.091)
Imposto s/ Operações Financeiras	(70.961)	(88.050)
Juros de Contrato de Câmbio	(632.973)	(966.460)
(-) Recuperação de Despesas	28.253	0
Juros Passivos	(2.050.318)	(4.060.806)
Despesas Financeiras	(3.480.295)	(8.726.922)
Resultado financeiro líquido	(3.009.779)	(7.616.568)

27. Outras despesas e receitas operacionais

	2024	2023
Outras Receitas		(Não Auditado)
Rendas de Aluguéis	167.046	243.502
Outras Receitas	31.549	9.373
Crédito PIS/COFINS	189.538	1.693.371
Restituição RFB	-	203.968
Crédito Previdenciário INSS	-	211.178
Crédito IPI	-	23.214
Venda de Ativo Imobilizado	2.186.704	12.160.643
(-) Custo do imobilizado vendido		(6.022.679)
	2.574.837	8.522.570
Outras Despesas		
Outras Despesas	-	(125.081)
Baixa de ativo imobilizado	(10.565)	(63.000)
Perdas de estoques		(2.153.073)
	(10.565)	(2.341.154)
	2.564.272	6.181.416

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia não apurou valores a pagar a título de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como nos exercícios anteriores, em razão da apresentação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Dessa forma, não houve constituição de tributos correntes sobre o lucro no exercício.

29. Seguros

A Companhia possui dois seguros contratados para veículos utilizados tanto em atividades internas quanto em deslocamentos externos, inclusive em visitas a clientes. Não há outros seguros relevantes vigentes no exercício.

A Companhia mantém seguros contratados com o objetivo de mitigar riscos relacionados à integridade de seus bens. Os seguros são contratados de acordo com as práticas de mercado e visam garantir cobertura para eventos de natureza acidental e outras situações previstas nas apólices.

Atualmente, a Companhia possui as seguintes apólices vigentes:

Tipo de Seguro	Cobertura	Valor Segurado	Vigência
Automóvel	Casco - Básica Compreensiva - Colisão, Incêndio, Roubo e Furto, Danos materiais, danos morais, danos corporais, morte, invalidez, Assistência 24hrs, vidros e carro reserva.	Até R\$ 1.000.000	10/03/2024 a 10/03/2025
Automóvel	Colisão, Incêndio, Roubo/Furto, Danos Materiais, Danos corporais, objetos transportados, Danos morais/Estéticos, Morte ou invalidez de passageiro, Reboque	Até R\$ 1.000.000	01/06/2024 a 01/06/2025

30. Contingências

Os processos considerados como possíveis estão descritos a seguir:

Composição	2024	2023	
		(não auditado)	
Processo 5009191-23.2019.8.24.0018	351.394	351.394	(a)
Processo 0239994-40.2022.8.06.0001	-	13.292.192	(b)
Processo 0230222-19.2023.8.06.0001	18.627.794	17.463.549	(c)
Processo 0001586-03.2024.5.07.0005	29.229	-	(d)
Processo 0001507- 33.2024.5.07.0002	288.780	-	(e)
Processo 0000333-07.2025.5.07.0017	762.441	-	(f)
Processo 0000456-41.2025.5.07.0005	162.692	-	(g)
Processo 0000538-45.2025.5.07.0014	331.683	-	(h)
Total	20.202.619	31.107.135	

- (a) Trata-se de uma ação de cobrança classificada como "possível" interposta por AUDITOR – CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA em face de CIONE, na qual se busca o pagamento de honorários relativos a serviços tributários prestados, em trâmite atualmente no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, haja vista interposição de recurso.
- (b) Trata-se de uma ação de cobrança classificada como "possível" em 2023 e "remota" em 2024 interposta por COMPANHIA CEARENSE AGROINDUSTRIAL DO CAJÚ - em face de CIONE. Trata-se de ação de cobrança na qual a Autora aduz ser credora do valor de R\$ 13.382.318,87 (treze milhões trezentos e oitenta e dois mil trezentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos). O laudo pericial junto foi favorável à empresa. Foi determinada a elaboração de Laudo Complementar que corroborou as razões do primeiro Laudo. Encontra-se em prazo para que as partes falem sobre os laudos desde 12/04/2025.
- (c) Trata-se de uma Execução de Título Extrajudicial classificada como "possível" interposta por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL em face de CIONE. Trata-se de ação de execução de Cédula de Crédito Bancário nº 2.2016.860.5355-B emitida em 29/03/2018, no valor nominal, à época, de R\$ 12.808.032,24. Citada, a Cione apresentou pedido de suspensão do feito executivo por prejudicialidade externa diante da existência de Ação Revisional distribuída sob o nº0297293-72.2022.8.06.0001, que tramita na 7ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE e discute o negócio

jurídico que fundamenta o título executivo objeto da ação, pedido de suspensão que foi deferido pelo juízo.

- (d) Trata-se de reclamação trabalhista de Alexsanderson Mesquita Sampaio com objetivo de ver reconhecidas verbas trabalhistas.
- (e) Trata-se de reclamação trabalhista de Terezinha Vidal de Almeida com objetivo de ver reconhecidas verbas trabalhistas.
- (f) Trata-se de reclamação trabalhista de Maria Neves Domingos com objetivo de ver reconhecidas verbas trabalhistas.
- (g) Trata-se de reclamação trabalhista de Marcos Antonio de Sousa Bandeira com objetivo de ver reconhecidas verbas trabalhistas.
- (h) Trata-se de reclamação trabalhista de Lucilândia Ferreira com objetivo de ver reconhecidas verbas trabalhistas.

31. Venda Fazenda Uruanan

Em 2014, a propriedade da empresa denominada Fazenda Uruanan sofreu um processo de invasão por grupo ligado a movimentos de sem-terra. O Governo Estadual e o Governo Federal, para viabilizar e regularizar a ocupação, celebraram com a empresa um acordo que negociava a propriedade, cujo valor final chegou a R\$ 28.848.723 com recursos provenientes do Governo do Estado do Ceará e do PNCF– Programa Nacional de Crédito Fundiário. Até 31/12/2024 foram recebidos R\$ 13.195.795.

32. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes que mereçam divulgação específica.

* * *

Francisco José Lima de Almeida
Diretor Operacional

Edson Bezerra Valença Júnior
Contador
CRC (CE) 028699/O-4